

Relatório de Governo Societário 2019

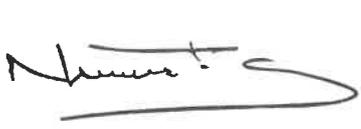


EMEF – Empresa de Manutenção de Material Ferroviário, S.A.

N.º de tel. 211 027 700
Fax 213 578 875

Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora

www.emef.pt
geral@emef.pt



Índice

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas	3
III.	Estrutura de Capital	5
IV.	Participações Sociais e Obrigações Detidas	5
V.	Órgãos Sociais e Comissões	7
A.	Modelo de Governo	7
B.	Assembleia Geral	7
C.	Administração e Supervisão	7
D.	Fiscalização	15
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	19
F.	Auditor Externo	19
VI.	Organização Interna	20
A.	Estatutos e Comunicações	20
B.	Controlo Interno e Gestão de Riscos	20
C.	Regulamentos e Códigos	21
D.	Deveres Especiais de Informação	24
E.	Sítio da Internet	24
VII.	Remunerações	24
A.	Competências para a Determinação	24
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	24
C.	Estrutura das Remunerações	25
D.	Divulgação das Remunerações	25
VIII.	Transações com partes relacionadas e outras	25
IX.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental ...	26
X.	Avaliação do Governo societário	38
ANEXOS	40
Demonstração não Financeira	41
A.	ENQUADRAMENTO	41
B.	INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO	41
I.	AMBIENTE	41

João Pereira

Pedro Moreira

Amorim

Índice

• RESÍDUOS – PREVENÇÃO DE IMPACTES.....	41
• ÁGUA.....	42
• ENERGIA.....	43
II. RECURSOS HUMANOS.....	45
• EMPREGABILIDADE.....	45
• BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES.....	47
• SALÁRIO MÉDIO.....	48
• DADOS DO EFETIVO.....	48
• FORMAÇÃO.....	50



I. Síntese (Sumário Executivo)

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa de todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido decreto-lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, e das instruções da UTAM referentes à elaboração do Relatório do Governo Societário do ano 2019, apresenta-se o referido relatório.

A EMEF elaborou em 2019 os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018, o plano de atividades e orçamentos para o triénio 2020-2022, bem como os relatórios mensais e trimestrais de execução orçamental.

Em 2019 (julho) registou-se uma alteração à composição do Conselho de Administração, conforme descrito no capítulo V.C. do relatório. Os atuais membros acumulam as funções de administradores da acionista única CP, E.P.E (CP), não sendo remunerados pela EMEF.

No que respeita ao Conselho Fiscal, ocorreu uma alteração (abril), conforme descrito no capítulo V.D. do presente relatório. Os cargos de Presidente e Vogais continuam a ser não remunerados e pertencem ao quadro de pessoal da CP.

Neste relatório são declaradas as remunerações do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. É ainda descrita a ação no domínio da sustentabilidade económica, social e ambiental, assim como as transações com partes relacionadas e outras.

Anualmente, a EMEF informa o seu acionista e o público em geral do modo como prosseguiu a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como cumpriu a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, através da publicação de um relatório de boas práticas do governo societário.

É de salientar a fusão da EMEF na CP, por incorporação, à data de 01 de janeiro de 2020, concretizada com a publicação do Decreto de Lei n.º 174-B/2019 de 26 de dezembro.

Em termos de boas práticas de Governo Societário adotadas em 2019, encontram-se resumidas no quadro seguinte:

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 43.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2019 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X		Janeiro de 2019
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2019		X	
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X		No R&C e RGS 2019
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X		Março de 2020
Artigo 46.º	Elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção		X	
Artigo 47.º	Adotou um código de ética e divulgou o documento	X		Outubro de 2019
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		X	
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X		Contínuo
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X		Contínuo
Artigo 51.º	Evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se absterem de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		No RGS
Artigo 52.º	Evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	X		No RGS CP 2019
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na Internet da Unidade Técnica	X		Sítio Oficial da Empresa
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X		No RGS

II. Missão, Objetivos e Políticas

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despense no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos por:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;



- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

III. Estrutura de Capital

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações podem ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.

IV. Participações Sociais e Obrigações Detidas

No final de 2019, a EMEF tinha participação financeira nas seguintes entidades empresariais:

Participações Financeiras

Designação	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE	51% do resultado líquido
NOMAD TECH, Lda	35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:

Entidades em que a EMEF é sócio efetivo ou fundador

Entidade	Ano adesão	Valor da participação	Observações
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2 500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31 944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.

Entidades em que a EMEF é associada

Entidade	Ano adesão	Fundamentação
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996 a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES
IPQ - Instituto Português para a qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação do mesmo.
ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007 a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF - Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.
Plataforma Ferroviária Portuguesa	2016	A 16-Mar-2016 o CA da EMEF deliberou a inscrição da EMEF nesta plataforma. O seu objetivo é proporcionar aos seus associados competitividade no quadro da economia nacional, promovendo iniciativas, projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, reunindo e promovendo a cooperação entre empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, entidades públicas e privadas, associações, federações, confederações e outras, do setor ferroviário ou a ele ligadas.
Grupo de Utilizadores SAP em Portugal	2006	A inscrição nesta associação teve por objetivo a partilha de ideias e soluções, bem como o intercâmbio de informação e conhecimento entre os diversos membros e, também, com a SAP.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VIII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas que são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.



V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

De acordo com os seus Estatutos, a EMEF tem uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, sendo ainda auditada por um Auditor Externo.

B. Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	
			Forma	Data
2017-2019	Presidente Secretário	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	Deliberação Unânime	21/07/2017

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

C. Administração e Supervisão

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2019-2021	Presidente	Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	Deliberação Unânime	22/07/2019	CP	
	Vogal	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira				
	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro				
2018-2019	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	Deliberação Unânime	20/08/2018	CP	
	Vogal	Sérgio Abrantes Machado				
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó				

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na seguinte Assembleia Geral. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

Curricula do CA

A partir de 22 de julho de 2019

Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações pela Universidade de Aveiro;

MBA em Gestão de Empresas pela EGE — Universidade Católica do Porto e ESADE Business School Barcelona; PDE — Programa de Direção de Empresas pela AESE/IESE Business School.

Experiência profissional:

Desde 19 de julho de 2019— Presidente do Conselho de Administração da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. (CP);

De 22 de Julho de 2019 a 31 de dezembro de 2019 – Presidente do Conselho de Administração da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A. (EMEF);

De dezembro de 2013 a julho 2019— Diretor -geral da Nomad Tech, L.da;

Entre 2009 e 2013 — Diretor da UMAV — Unidade de Manutenção de Alta Velocidade na EMEF;

Entre 1998 e 2009 — Gestor operacional dos comboios pendulares, série CPA 4000 na EMEF;

Entre 2000 e 2009 — Adjunto do diretor da EMEF — Manutenção Norte;

Entre 1996 e 1998 — Engenheiro de produção — locomotivas elétricas na EMEF;

Entre 1998 e 2013 — Responsável por equipa de carrilamento na EMEF;

Entre 1995 e 1996 — Engenheiro de projeto na ARSOPI -TECNOCON.

Manuel
Pedro Moreira

Fabrizio



Vogal

Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica no ramo de Automação e Sistemas pelo ISEP;

PDE — Programa de Direção de Empresas pela AESE Business School.

Experiência profissional:

Desde 19 julho de 2019 — Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. (CP);

De 22 de Julho de 2019 a 31 de dezembro de 2019 — Vogal do Conselho de Administração da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A. (EMEF);

De dezembro de 2013 até 18 julho de 2019 — Diretor da Unidade de Manutenção de Alta Velocidade da EMEF;

Entre outubro de 2009 e dezembro de 2013 — Gestor operacional dos comboios de pendulação ativa série CPA 4000 (comboios Alfa Pendular) da EMEF;

Entre fevereiro de 2002 e outubro de 2009 — Engenheiro de produção na manutenção dos comboios de pendulação ativa da série CPA 4000 (comboios Alfa Pendular) na EMEF;

Entre junho de 1998 e fevereiro de 2002 — Técnico de manutenção de automotoras diesel hidráulicas da série UDD 450 na EMEF;

Entre fevereiro de 1996 e fevereiro de 2002 — Técnico de manutenção de automotoras diesel hidráulicas da série UTD 600 e série UDD 400 na EMEF;

Entre fevereiro de 1995 e fevereiro de 1996 — Técnico de manutenção nas locomotivas diesel elétricas da série EE1400 e Sentinel da série 1100 na EMEF.



Vogal

Dr.ª. Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Formação académica:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Minho.

Experiência profissional:

Desde 19 julho de 2019— Administradora do Conselho de Administração da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. (CP);

De 22 de Julho de 2019 a 31 de dezembro de 2019 – Vogal do Conselho de Administração da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A. (EMEF);

De 2009 a 18 julho 2019— Chefe de Recursos Humanos da EMEF - Norte: PON, POG e UMAV;

Entre 2004 e 2009 — Técnica de recursos humanos da EMEF — Serviços Centrais;

2004 — Estágio de seis meses na EMEF — Serviços Centrais — na área de recursos humanos;

Entre 2001 e 2002 — Docente de Gestão dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade na Escola Profissional Estudo e Trabalho da Pedra;

2000 — Técnica oficial de contas no Gabinete de Contabilidade Acerto de Contas.

De 01 de janeiro de 2019 a 21 de julho de 2019

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Carlos Gomes Nogueira

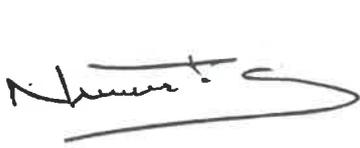
Formação académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE

Advanced Management Program, pela Harvard Business School

Experiência profissional:

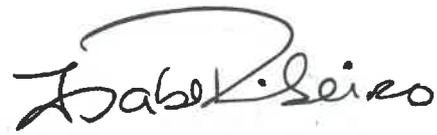
De 30 de junho de 2017 a 18 de julho de 2019: Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E.;



António



Pedro Moreira



Isabel Ribeiro

De 20 de agosto de 2018 a 19 de julho 2019: Presidente do Conselho de Administração da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.;

De 30 de julho de 2017 a 19 de julho de 2018 – Vogal do CA da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.;

De 2008 a 2017: Presidente da Europartners - Gestão e Soluções Empresariais, Lda.;

De 2014 a 2017: Membro do Conselho Fiscal da Lusíadas SGPS, S.A.;

De 2009 a 2014: Mandatário de gestão da Autoridade da Concorrência da Groundforce (SPdH - Sociedade Portuguesa de Handling, S.A.);

De 2010 a 2012: Administrador na MRG - Engenharia e Construção S.A.

De 2000 a 2008: Administrador no Grupo BANIF - Banca e Seguros;

De 1996 a 1999: Administrador no Grupo FIPAR - Tecnologias de Informação e Produção de Software;

De 1989 a 1996: Administrador no Grupo COFIPSA;

De 1987 a 1989: Direção de Estudos Económicos no Banco Pinto & Sotto Maior;

De 1982 a 1987: Diretor-Geral no Grupo RESOPAL;

De 1979 a 1982: Técnico, Técnico Coordenador e Diretor de Departamento na SERGA/BDO - Empresa de Auditoria, Organização Administrativa e Estudos Económico-Financeiros, S. A.;

De 1979 a 1989: Assistente do ISCTE-IUL, das disciplinas de Análise Financeira e Gestão Financeira;

Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-IUL, da disciplina de Projeto Empresarial Aplicado (Business Plan), desde o ano letivo de 2010/2011 até ao ano letivo de 2016/7.

Vogal

Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (Energia) pelo Instituto Superior Técnico

Mestrado em Ciências da Eletricidade (Máquinas Elétricas e Eletrónica de Potência) pela Universidade Católica de Lovaina

Master in Business Administration (Finanças) pela Universidade Católica Portuguesa

Pós-Graduação em Gestão de Energias Renováveis pela Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

De 30 de junho de 2017 a 18 de julho de 2019: Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E. (CP);

De 21 de julho de 2017 a 19 de julho de 2018: Presidente do Conselho de Administração da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A. (EMEF);

De 20 agosto de 2018 a 18 julho de 2019: Vogal do Conselho de Administração da EMEF;

De 01 de agosto de 2017 a 30 de julho de 2019: Gerente da Nomad Tech, Lda.;

Em 2017: Diretor-Geral da EMEF;

De 2014 a 2017: Gestor Local de Energia e Carbono da CP;

De 2012 a 2014: Assessor do Conselho de Administração da CP;

De 2009 a 2012: Diretor Coordenador da CP-Frota/Diretor da Direção de Engenharia;

De 2008 a 2009: Assessor do Conselho de Administração da CP;

De 2005 a 2008: Vogal da Administração da EMEF;

De 2004 a 2005: Assessor do Conselho de Gerência da CP;

De 1998 a 2004: Vogal da Administração da EMEF;

De 1984 a 1998: exerceu funções na Área da Manutenção, na TAP Air Portugal, dos quais cerca de sete em funções de Direção de Produção e cerca de três anos como Diretor de Compras e Gestão de Contratos da Siemens-Manindustria, para a TAP Air Portugal;

Docente do ensino superior público, na área de Energia-Máquinas Elétricas, como Professor Convidado a tempo parcial no ISEL;

Especialista em Manutenção Industrial pela Ordem dos Engenheiros, e pelo Ensino Superior Politécnico, após provas públicas.



Vogal

Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Formação académica:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa;

Pós-Graduação em Corporate Finance pelo INDEG-ISCTE Executive Education.

Experiência profissional:

De 30 de junho de 2017 a 18 de julho de 2019 : Vogal do Conselho de Administração da CP;

De 21 de julho de 2017 a 18.07.2019: Vogal do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A. (EMEF);

De 1 de agosto de 2017 a 18.07.2019: Presidente do Conselho de Administração do SIMEF – Agrupamento Complementar de Empresas EMEF/Siemens, A.C.E. – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.;

Entre 2013 e 2017: Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, com a responsabilidade das áreas de gestão financeira e tesouraria;

De 2013 a junho 2017: Membro do Conselho Fiscal da EMEF;

Desde 2013: Membro do Board of Directors da Eurofima - European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock;

De 2013 a 2015: Vogal do Conselho Fiscal da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.;

De 2011 a 2013: Diretora Financeira da CP, incorporando as áreas de gestão financeira e tesouraria;

Dezembro de 1998: ingressou nos quadros da CP, integrando o Gabinete de Gestão Financeira;

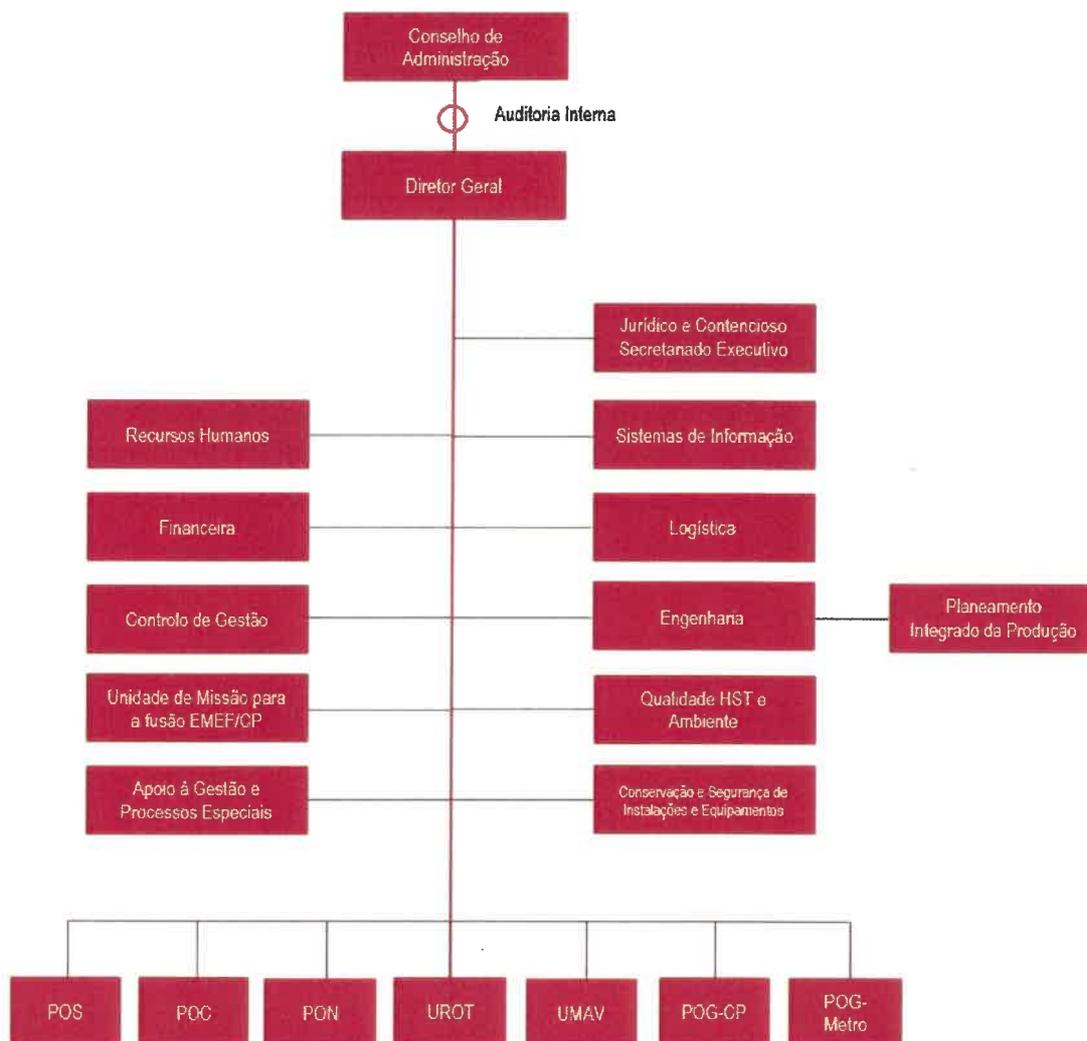
De 1996 a 1998: desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM - Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito.

Fabrizio Reiko

Pedro Moreira

Manuel

Organograma da empresa



O número de reuniões que ocorreram durante o ano de 2019 e a respetiva assiduidade foram os seguintes:

**Número de reuniões****Membro do CA (de 1 de janeiro a 21 de julho de 2019)**

Nº de reuniões durante o mandato em 2019	Cargo	Nome	Assiduidade (%) 2019
12	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	100
	Vogal	Sérgio Abrantes Machado	92
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	100

Membro do CA (de 22 de julho a 31 de dezembro de 2019)

Nº de reuniões durante o mandato em 2019	Cargo	Nome	Assiduidade (%) 2019
24	Presidente	Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	96
	Vogal	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	96
	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	83

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

D. Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, todos eleitos, em Assembleia Geral, pelo período de um ano.

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2019	Presidente	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	AG	24/04/2019
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	AG	24/04/2019
	Vogal	José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	AG	24/04/2019
	Suplente	Maria Helena de Oliveira Parente	AG	24/04/2019

Os cargos de Presidente e Vogais do Conselho Fiscal não são remunerados dado serem desempenhados por colaboradores do quadro de pessoal da CP, E.P.E..



Curricula vitae resumidos

Conselho Fiscal

Presidente

Dr.ª Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira

Formação académica:

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Finanças, pelo ISCTE- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa, especialização em consolidação de contas e SGPS pelo ISCTE- Business School; contabilista certificada, membro da OCC.

Experiência profissional:

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2017.

Vogal do Conselho Fiscal da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2016 e 2017.

Assume funções de Responsável de Departamento de Contabilidade da CP-Comboios de Portugal, integrado na Direção Financeira da CP, incorporando as áreas de contabilidade geral, contabilidade analítica, ativos fixos tangíveis e intangíveis, e impostos, desempenhando funções relacionadas com a prestação de contas individual e consolidada e o cumprimento das obrigações fiscais, desde 2014.

Assume também as funções de contabilista certificada das seguintes empresas do Grupo CP: Fernave SA- Empresa de Formação Profissional; Ecosaúde SA-Empresa de Medicina de Saúde no Trabalho; Fergráfica Lda - Empresa de Artes Gráficas (empresa liquidada em 2013); e Pactogest Lda - Empresa de estudos de alcoolemia (empresa fundida em 2009), desde 2008.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal em 1999, e desde essa data exerce funções relacionadas com a área de contabilidade e impostos.

Vogal

Dr.ª Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves

Formação académica:



Licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, pós-graduação em Organização e Gestão de Empresas, pelo ex-Instituto Superior para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão.

Experiência profissional:

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, onde exerce funções de advogada na Direção Jurídica da CP, prestando serviço de patrocínio judicial da empresa, bem como de assessoria jurídica e de representação da CP no Grupo Jurídico da UIC (União Internacional dos Caminhos de Ferro) e nos seus subgrupos de trabalho, desde 1987.

Desenvolveu estudos em várias áreas do Banco Pinto & Sotto Mayor, no âmbito de uma bolsa de estudo desse Banco, em 1986.

Exerceu funções de advogada no Contencioso de várias empresas de construção civil e reparação naval, entre 1980 e 1986.

Inscrita como advogada na Ordem dos Advogados desde junho de 1980.

Vogal

Dr. José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo

Formação académica:

Licenciado em Gestão de Empresas pela Nova School of Business and Economics; Pós-Graduação em Gestão e Finanças Imobiliárias pelo ISCTE – Business School; Programa Avançado de Gestão para o Setor dos Transportes pela Católica Lisbon School of Business and Economics.

Experiência profissional:

Nomeado membro do Conselho Fiscal da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 2019.

Ingressou em 2005 nos quadros da CP-Comboios de Portugal onde desempenhou funções em várias áreas, nomeadamente no Gabinete de Gestão de Mudança como Técnico Analista, na Direção de Contratualização, Compras, e Serviços Gerais como Técnico Comprador, e desde 2011 assume funções de Técnico de Controlo de Gestão e Orçamento na Direção de Planeamento e Controlo de Atividade da CP-Comboios de Portugal. As principais tarefas desenvolvidas são a colaboração na elaboração do plano de atividades e orçamento de exploração e de investimentos anual da CP-Comboios de Portugal, a

participação na elaboração dos relatórios mensais de controlo orçamental e a administração do módulo SAP PSM - Public Sector Management (Key User do módulo PSM).

Vogal Suplente

Dr.ª. Maria Helena de Oliveira Parente

Formação académica:

Licenciada em Organização e Gestão Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, (ISEG), de Lisboa.

Experiência profissional:

Nomeada vogal suplente do Conselho Fiscal da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em abril de 2019.

Ingressou em 1990 nos quadros da CP-Comboios de Portugal, na Direção Financeira como responsável pela área de ativos fixos tangíveis e intangíveis, atualmente integrado no Departamento de Contabilidade Financeira, onde assegura a gestão contabilística e o controle do cadastro dos Ativos, seu reconhecimento e respetiva mensuração. Desempenha ainda funções relacionadas com a prestação de contas individual e consolidada da CP e suas participadas.

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa. Os atuais membros foram eleitos em Assembleia Geral realizada em 24/04/2019.

Foram realizadas 4 reuniões em 2019, em Lisboa e na Amadora, com a presença dos membros do Conselho Fiscal (Presidente e vogais), e sempre que solicitado com o ROC, Auditores Externos, e representantes da empresa, sem ausências a reportar.

Os membros do Conselho Fiscal, individualmente ou em conjunto, têm dado continuidade ao acompanhamento da atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e dos Relatórios de Desempenho da empresa. Deram parecer sobre o plano de atividades e orçamento 2019-2021, sobre as contas do exercício de 2018, e sobre as contas do 1º semestre de 2019, em cumprimento das obrigações legais vigentes.

Os membros do Conselho Fiscal exercem funções na CP-Comboios de Portugal E.P.E.



O auditor externo presta serviços de auditoria as contas individuais da EMEF e das restantes empresas participadas da CP, às contas individuais da CP, e às contas consolidadas do Grupo CP, e os respetivos reportes semestrais e anuais são do conhecimento do Conselho Fiscal. Não existem serviços adicionais fora do âmbito deste trabalho.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

A EMEF tem como revisor oficial de contas a empresa RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., inscrita na OROC com o n.º 143 e registado na CMVM com o n.º 20161455, e é representada pelo Dr. Luís Francisco Pereira Rosa, ROC n.º 713, e pelo Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC n.º 931.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. foi nomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas para o ano de 2019 em assembleia geral realizada em 24/04/2019.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., é responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº. Inscrição na OROC	Nº. Registo na CMVM	Forma	Data		
2019	SROC	RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	20161455	AG	24/04/2019	3	3

A SROC designada auferiu a remuneração anual de 5.350€ em 2019.

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC à EMEF.

F. Auditor Externo

A EMEF tem como auditor externo a empresa Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., inscrito na OROC com o n.º 197 e registado na CMVM com o n.º 20161495, e é representada pelo Senhor Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015.

O montante da remuneração anual paga em 2019 foi o seguinte:

João Ribeiro *Pedro Moreira* *Manuel*

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Contratação		Remuneração Anual 2019 (€)
Nome	Nº. Inscrição na OROC	Nº. Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	197	20161495	22/06/2017	2017-2019	4 400

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF nem executou serviços adicionais para além dos acima referidos.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o grupo CP a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organigrama, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;
- Auditoria interna

As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;

- Controlo de Gestão

Área dedicada à monitorização da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:

- a. elaborar o Plano anual/plurianual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;

Pedro Moreira

- b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;
- c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
- d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo, no entanto, riscos financeiros relevantes.

A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.

C. Regulamentos e Códigos

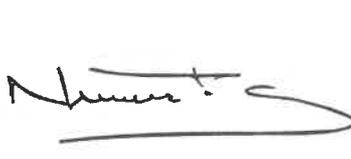
A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

Regulamentos Internos

1. Estatutos da Sociedade	11. Política de Recursos Humanos
2. Acordos de Empresa	12. Política da Comunicação
3. Código de Ética	13. Procedimentos de Recursos Humanos
4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética	14. Regulamento de Categorias Profissionais
5. Código de conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho	15. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
6. Política da Qualidade Ambiente e Segurança	16. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços
7. Procedimentos Funcionais do Ambiente	17. Regulamento de Controlo de Alcoolémia
8. Procedimentos Funcionais da Qualidade	18. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho (Fichas de Prevenção de Riscos)
9. Normas Internas	19. Política de Proteção da Privacidade de Dados Pessoais
10. Manual de Recursos Humanos	20. Política Privacidade de Dados Pessoais

Regulamentos Externos

NORMAS	ASSUNTO
Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2019 de 5 de julho	Fusão por incorporação da EMEF na CP
Decreto-Lei n.º 174-B/2019 de 26 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Republicado no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro	Estabelece o estatuto do gestor público
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março	Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procedeu à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.	Código dos Contratos Públicos
Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio	Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
Decreto-Lei n.º 27/2011 de 17 de fevereiro e subsequentes alterações (última: DL 216/2015 e 217/2015)	Condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura
Decreto-Lei n.º 169/2012 de 1 de agosto. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro – revogou o Decreto-Lei n.º 558/99	Aprova o regime jurídico do Setor Empresarial do Estado
Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro	Aprova o Orçamento de Estado para 2019
Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019
Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE, no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.
Regulamento 2016/679 da União Europeia de 27 de abril de 2016 e sua retificação (JO EU, de 23/5/2018)	Vem definir o novo regime jurídico da proteção de dados pessoais, criando novas obrigações e responsabilidades para todas as entidades públicas e privadas e sendo diretamente aplicável a partir de 25 de maio de 2018.
Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio	Interoperabilidade
Regulamento (UE) n.º 321/2013 da Comissão, de 13 de março, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1236/2013, de 2 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 41/2014 de 18 de março*, que transpõe a Diretiva 2013/9/UE que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro. *Alterado pelo DL 179/2014 de 18/12/2014.	
Decreto-Lei n.º 78/2004, de 03 de abril	Ambiente
Decreto-lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro	
Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril	

Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho – alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 29-A/2011, de 1 de março e 60/2012 de 14 de março	
Regulamento (EU) n.º 1005/2009, de 16 de setembro e Decreto-lei n.º 85/2014 (assegura a sua execução)	
Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho (altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro)	
Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Altera e Republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto – Somente capítulo V	
Portaria 53/71 de 3 de fevereiro - alterada pela Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro e legislação conexa	Segurança e Saúde no Trabalho
Decreto-Lei 243/86 de 20 de agosto	
Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro	
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	
Decreto-lei n.º 103/2008, de 24 de junho	
Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro (republica a Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro) alterada pelo Decreto-lei n.º 88/2015 e Lei 146/2015	

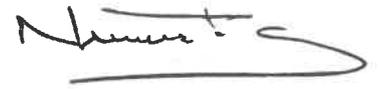
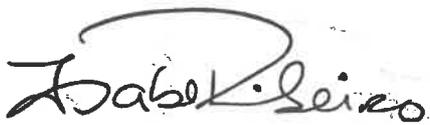
Código de Ética

A CP dispõe de um Código de Ética, aprovado em 31 de maio de 2007 e revisto em 2019 com aplicação a todo o Grupo, disponível no seu sítio, que visa o cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares, assim como a atuação ética de todos os profissionais que integram o Grupo CP, de uma Comissão de Ética, que assegura que estes princípios sejam observados e de um “Plano de Gestão de Riscos”, com vista à sua gestão.

A Comissão de Ética, na dependência direta do Conselho de Administração da CP, tem por missão, entre outras, zelar pelo cumprimento e divulgação do Código de Ética, promover a consolidação do conhecimento e as boas práticas neste âmbito, esclarecer dúvidas sobre as matérias aí versadas e emitir pareceres sobre questões relacionadas com o seu cumprimento. Cuida também do incremento da ética no modelo de governo de cada uma das Empresas do Grupo CP.

A Comissão de Ética, na dependência direta do Conselho de Administração da CP, tem por missão, entre outras, zelar pelo cumprimento e divulgação do Código de Ética, promover a consolidação do conhecimento e as boas práticas neste âmbito, esclarecer dúvidas sobre as matérias aí versadas e emitir pareceres sobre questões relacionadas com o seu cumprimento. Cuida também do incremento da ética no modelo de governo de cada uma das Empresas do Grupo CP. O Código de Ética do Grupo CP, incorpora o conjunto de valores fundamentais das Empresas do Grupo CP e orientadores comportamentais dos seus colaboradores, independentemente da natureza dos seus vínculos com as mesmas.

No capítulo V – “Normas de Conduta” do Código de Ética do Grupo CP, na sua alínea f), são abordados especificamente os aspetos de conflitos de interesses dando relevo aos seguintes tópicos:



“f) Conflito de interesses

1. Os trabalhadores de qualquer Empresa do Grupo que forem chamados a intervir em decisões que envolvam direta ou indiretamente pessoas ou entidades com as quais mantiveram ou mantêm ligações familiares, pessoais ou profissionais devem comunicar tal facto à sua hierarquia.
2. Os trabalhadores de qualquer Empresa do Grupo comprometem-se a não exercer qualquer atividade profissional externa que interfira ou colida com as suas atribuições ou atividades na Empresa, exceto se as incompatibilidades forem expressamente autorizadas.
3. Qualquer Empresa do Grupo e os seus trabalhadores comprometem-se a prevenir situações que deem lugar a relações de hierarquia direta entre trabalhadores com vínculos familiares ou legalmente equiparados.”

D. Deveres Especiais de Informação

Conforme previsto no artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, a empresa procede à divulgação da informação no site institucional.

E. Sítio da Internet

A empresa tem sítio da internet em www.emef.pt.

VII. Remunerações

A. Competências para a Determinação

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.



C. Estrutura das Remunerações

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa mãe estes não são remunerados exceto quanto ao ROC – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. - cujos honorários são de valor anual de 5.350€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

D. Divulgação das Remunerações

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

VIII. Transações com partes relacionadas e outras

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas (euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	4 692 536	52 287 631
ECOSAÚDE	120 968	-
FERNAVE	1 500	-
EMEF/SIEMENS, ACE	5 359	3 038 702
NOMAD TECH	593 879	438 380

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituído procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassam um milhão de euros são os seguintes:

Fornecedores que representem mais de 5% dos FSE

(euros)

Empresa	Valores sem IVA
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	4 072 306
NORTEJUVIL SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA	1 228 196

IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

Responsabilidade económica

No desenvolvimento da atividade no ano de 2019, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos.

Responsabilidade ambiental

No âmbito da manutenção e desenvolvimento da gestão ambiental e em articulação com ações das Unidades orgânicas, salienta-se:

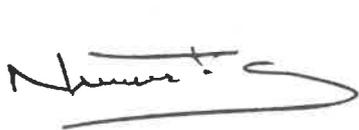
- **Gestão de Resíduos**

Deu-se continuidade às atividades associadas ao contrato de gestão de resíduos com a Empresa Renascimento (Operador devidamente licenciado), que se iniciou em junho de 2018, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF.

A avaliação deste contrato continuou a revelar um desempenho positivo no resultado, assim como no serviço.

Para o caso específico dos óleos usados, o seu encaminhamento foi realizado através do operador licenciado SOGILUB.

- **Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)**



Para cumprimento do DL n.º 71/2008, alterado pelo DL 7/2013, que regula o SGCIE no âmbito da redução de consumos energéticos, foram anteriormente estabelecidos 2 acordos com a DGEG, relativos à racionalização energética no período de 2011 a 2018 – ARCE – cuja implementação das medidas previstas envolveu as Áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança, da Conservação, e as Áreas Operacionais abrangidas por este sistema, desde 2011: Complexo do Entroncamento e Complexo de Guifões.

Já no final de 2019, após o último relatório de Execução e Progresso - balanço final relativo ao Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE) no período assinalado - do complexo do Entroncamento, foi recebida, da Direção Geral de Energia e Geologia, informação sobre a aceitação das causas dos desvios nos indicadores definidos, considerando que o respetivo ARCE tinha sido cumprido, fechando assim este processo.

Relativamente ao Complexo de Guifões, foi igualmente realizado e submetido no portal existente para o efeito, o último relatório de Execução e Progresso para o biénio 2017/2018, tendo a ADENE efetuado algumas questões para esclarecimento do processo e solicitado evidências do cumprimento de medidas, que foram enviadas já no início de 2020. De salientar que os indicadores deste ARCE foram integralmente cumpridos.

- **Emissões Gasosas**

Em 2019 foi realizada a caracterização de emissões gasosas existentes nas Oficinas de Guifões e Complexo Industrial do Entroncamento, conforme previsto na legislação. A maioria destas fontes fixas só realizarão nova monitorização daqui a 5 anos, em virtude de alteração da legislação aplicável (DL n.º 39/2018, de 11 de junho).

- **Licenças no domínio hídrico**

Foi realizada a monitorização de efluentes líquidos nos diversos Órgãos oficiais, de acordo com o plano previsto e para manutenção das licenças de descarga.

- **Substituição de produtos de base solvente por aquoso**

Em 2019 foram utilizadas nas oficinas, mais 4 máquinas de base aquosa (22 no total), em detrimento das de base solvente, que ainda são em maior número. No entanto, ao longo dos anos, devido à crescente eficiência das máquinas de base aquosa e às preocupações ambientais, a utilização destas tem aumentado paulatinamente.

- **Rede de Águas Industriais**

Foram realizadas análises técnicas, com recurso a entidades externas, para apoio aos Órgãos Oficiais em aspetos específicos: melhorias nos parâmetros de descarga do efluente líquido (Contumil) e da rede de efluentes industriais (Entroncamento), visando correções para prevenção e redução de emissões de poluentes.

- **Comunicação interna e externa de cariz ambiental**
 - Validação dos mapas integrados de registo de resíduos (MIRR) de 2018 e seu carregamento no Portal oficial SILIAMB (Sistema Integrado de licenciamento do Ambiente);
 - Acompanhamento dos processos de certificação de Pessoal que opera em equipamentos com gases de refrigeração, utilizando GFEE no Norte (PON-Contumil e UMAV);
 - Envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade de gases recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos, em 2018, bem como dos GFEE comprados;
 - Integração de dados para resposta ao inquérito do INE, “Gestão e Proteção do Ambiente 2018” (Portal INE);
 - Consolidação abrangente e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE, relativo ao ano de 2018;
 - Consolidação e comunicação de dados de questões ambientais, destinados à demonstração não financeira do ano de 2018 (DL 89/2017);
 - Divulgados artigos no âmbito do Ambiente, na revista EMEF Magazine.

Responsabilidade Social

Princípio da Igualdade de Género

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo.

Para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, de acordo com o previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 127º do Código do Trabalho, complementando as disposições do Código de Ética sobre a matéria, foi aprovado pelo Conselho e Administração e encontra-se em vigor na EMEF o Código de Boa Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho.

Existe, também, uma Comissão de Ética a quem pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do Código de Ética.

Os seguintes Procedimentos documentados, constantes do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), asseguram a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos e colaboradores:

- Recrutamento, Seleção, Admissão e Acolhimento de Recursos Humanos;
- Carreiras;
- Formação;
- Controlo de práticas não conformes.

Na EMEF as políticas salariais, de formação e de recrutamento têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia.

Em termos absolutos o número de mulheres em cargos de direção aumentou em 2019, que fez aumentar, em termos percentuais, o valor relativo a quadros superiores.

Nível de Qualificação

	Sexo								2018	2019
	Feminino				Masculino					
	2018	%	2019	%	2018	%	2019	%		
Quadros Superiores	26	24%	28	67%	81	76%	79	8%	107	107
Directores	3	19%	3	7%	13	81%	14	1%	16	17
Chefes de Área	10	36%	16	38%	18	64%	34	4%	28	50
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	74	100%	63	7%	74	63
Profissionais altamente qualificados e qualificados	13	2%	12	29%	835	98%	825	85%	848	837
Profissionais semiquaificados	1	100%	1	2%	0	0%	0	0%	1	1
Profissionais não qualificados	0	0%	1	2%	1	100%	0	0%	1	1
	40	4%	42	4%	991	96%	967	96%	1 031	1 009

Apoio a clientes e grau de satisfação

Os programas de manutenção constantes dos contratos específicos de cada frota/segmento de mercado, para o cliente CP, foram genericamente cumpridos para todas as frotas, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os seguintes valores médios ponderados aos km's percorridos, de disponibilidade e de fiabilidade:

Disponibilidade

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual (taxa dos dias em que é cumprida ou superada a quantidade de unidades a disponibilizar em todos os flashes horários de contagem)
Alfa e Intercidades	82%
Suburbanos Lisboa	48%
Suburbanos Porto	100%
Regional	77%

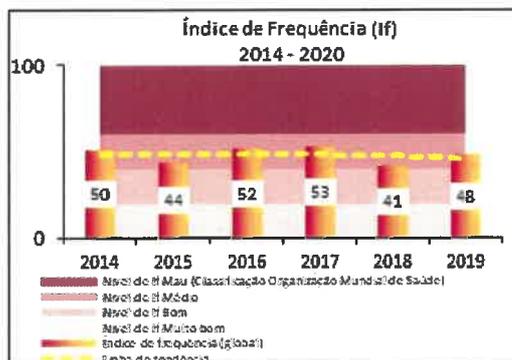
Fiabilidade

Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilometragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	1 060 000
Suburbanos Lisboa	65 000
Suburbanos Porto	173 000
Regional	57 000

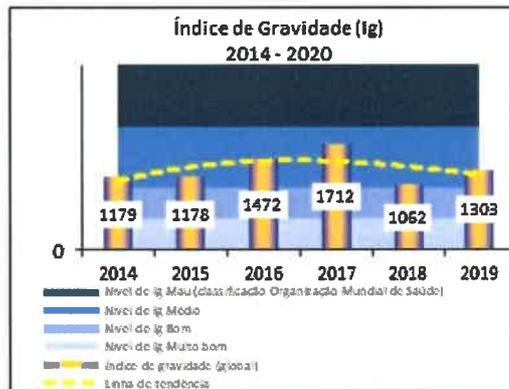
Higiene e Segurança no trabalho

Prosseguiu-se a monitorização mensal da evolução dos índices de sinistralidade laboral, bem como a realização dos inquéritos a acidentes de trabalho para determinar as suas causas e as conseqüentes medidas corretivas ou de melhoria.

Em 2019, os índices de sinistralidade dos acidentes de trabalho (acidentes ocorridos durante o serviço EMEF) registaram um aumento de 17% no índice de frequência relativamente ao ano anterior (valor igual à média dos últimos cinco anos) e de 22,7% no índice de gravidade (inferior à média dos últimos 5 anos). O n.º de acidentes de trabalho aumentou 8%.



$$If = \frac{(n^{\circ} \text{ acidentes com baixa}) \times 10^6}{n^{\circ} \text{ horas homem trabalhadas}}$$



$$Ig = \frac{\text{n}^\circ. \text{ dias de baixa por AT}}{\text{n}^\circ. \text{ horas homem trabalhadas}} \times 10^6$$

Adicionalmente, o envolvimento contínuo dos trabalhadores da EMEF e seus representantes com a Gestão Operacional da empresa na identificação proativa e exigente de necessidades de melhoria, enquadrada pela SST, assumiu uma especial relevância.

Gestão do capital humano

Reuniões com ORT's

O Conselho de Administração e a Direção Executiva, cientes da importância de uma estreita interlocução com as estruturas representativas dos trabalhadores, em particular no que respeita ao conhecimento da posição daqueles órgãos do clima organizacional, dos aspetos relevantes da atividade diária da empresa e do seu futuro, prosseguiram o clima de diálogo e a política de reuniões frequentes com os representantes da Comissão de Trabalhadores e com os representantes das organizações sindicais. Continua-se a realçar os esforços e compreensão das organizações representativas dos trabalhadores nas análises realizadas, nas medidas adotadas e nos resultados obtidos ao longo do ano, que permitiram assegurar um nível de estabilidade social e um clima de trabalho positivo que teve como corolário os resultados positivos alcançados pela organização.

Empregabilidade

No ano de 2019 verificou-se um decréscimo do efetivo. Em 31 de dezembro de 2019, o efetivo situou-se nos 1009 trabalhadores (as), dos quais 96% eram homens e 4% eram mulheres.

A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:

Fabrizio Seiro

Pedro Moreira

Manoel



Ano	Homens	Mulheres
2018	991	40
2019	967	42

Nessa data, 974 colaboradores (as) da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, 22 trabalhadores (as) através de contrato de trabalho a termo, existindo, ainda, 13 trabalhadores (as) com contrato de cedência ocasional e de comissão de serviço.

Vínculo Laboral

	2018				2019			
	Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	537	23	560	54,3%	613	26	639	63,3%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	395	12	407	39,5%	324	11	335	33,2%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	10	5	15	1,5%	8	5	13	1,3%
Contrato de Trabalho a termo certo	49	0	49	4,8%	22	0	22	2,2%
Total	991	40	1.031	100,0%	967	42	1.009	100,0%

O efetivo em 2019 é inferior ao de 2018 em 22 trabalhadores. Saíram da Empresa 99 trabalhadores(as) dos quais 19 por sua iniciativa e 64 por reforma.

Motivo das Saídas

	2018			2019		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Denúncia Acordo Comissão Serviço	2	0	2	1		1
Caducidade Cont. Ced. Temp. Ocas.			0	3		3
Denúncia do CT por Iniciativa do Trabalhador	6	0	6	18		18
Falecimento	1	1	2	4		4
Denúncia do CT no período experimental	2	0	2	1		1
Antecipação da Caducidade CT a termo - denúncia a Pedido Trabalhador	2	0	2	1		1
Reforma Antecipada			0	3		3
Reforma por Invalidez	9	0	9	2		2
Reforma por Velhice (normal)	61	1	62	58	1	59
Revogação do CT por Mútuo Acordo	16	1	17	1		1
Susp. Contrato - Requisição Externa/Licença sem vencimento *				5	1	6
Despedimento por justa causa	2	0	2			0
Total	101	3	104	97	2	99

* Mantêm o vínculo contratual à Empresa (saída Temporária)

A idade média situou-se nos 44,1 anos e a antiguidade média nos 18,6 anos, valores inferiores (cerca de um ano em média na idade e 2 anos em média na antiguidade) aos verificados em 2018. Esta situação deve-se ao elevado número de saídas (99), nomeadamente 64 por reforma, velhice e invalidez, com idades elevadas e, em contrapartida, ao número de trabalhadores admitidos (77), com idades baixas.

Idade Média

	2018			2019		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	37,6	44,4	37,8	37,6	44,0	37,9
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	56,1	58,1	56,2	56,0	58,5	56,1
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	52,9	44,4	50,1	51,1	45,4	48,9
	45,1	48,5	45,2	43,9	47,9	44,1

Fabrizio Reiro

Pedro Moreira

Manuel

Antiguidade Média

	2018			2019		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	10,9	13,6	11,0	10,6	12,4	10,7
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	34,8	34,4	34,8	34,2	34,7	34,3
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	24,7	20,2	20,1	17,2	21,2	18,7
	20,5	20,7	20,6	18,6	19,3	18,6

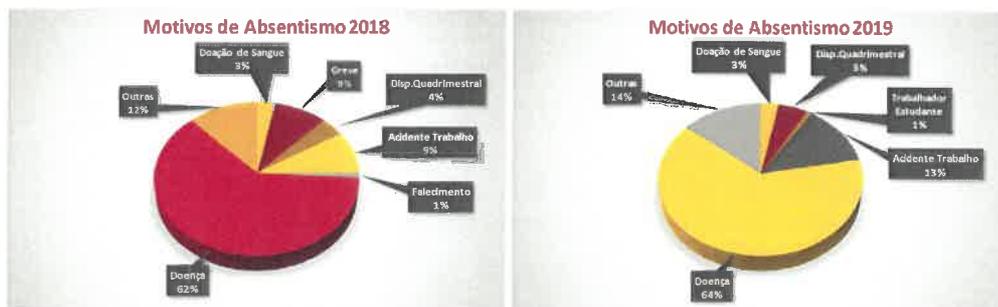
Verificou-se, em 2019, em termos percentuais, uma subida do número de trabalhadores nos grupos “Ensino Secundário” e “Ensino Superior” e uma descida no grupo “Ensino Básico”. Estas alterações deveram-se essencialmente à saída de trabalhadores que possuíam um nível de habilitações literárias mais baixo e a admissão de trabalhadores com um nível de habilitações literárias mais elevado.

Habilitações Literárias

	2018			2019		
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	14,8%	35,9%	8,3%	16,2%	39,1%	10,2%
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	23,4%	14,1%	2,0%	18,5%	12,7%	2,0%
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	0,0%	0,2%	1,3%	0,0%	0,2%	1,1%
	38,2%	50,1%	11,6%	34,7%	52,0%	13,3%

Absentismo

O absentismo situou-se nos 8%, bastante inferior ao verificado em 2018 (9,6%). Os tipos de ausência que mais contribuíram para o absentismo no ano de 2019 foram a “doença”, “acidentes de trabalho”, “dispensas trimestrais” e “outras” que subiram relativamente ao ano anterior.



Formação

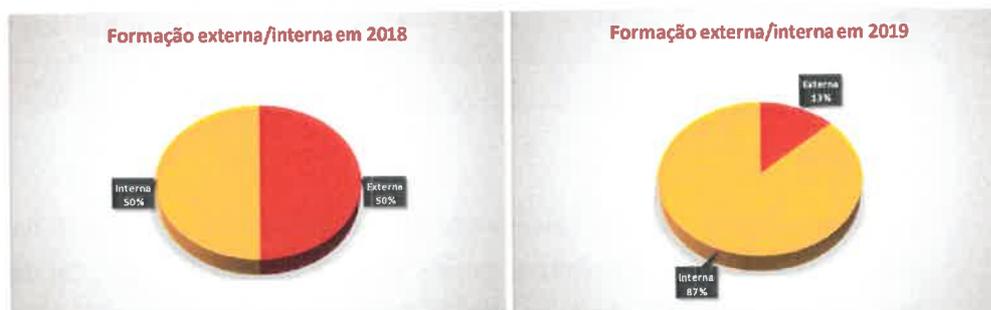
No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF continuou a apostar, em 2019, na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna.

Foi elaborado um Plano de Formação, predominantemente técnico, para cada Órgão da Empresa e um Plano Transversal de formação dirigido a temáticas como gestão e liderança, línguas estrangeiras e tecnologias, visando a melhoria das competências e o aumento da produtividade.

Em termos de formação interna foram ministradas 12.961 horas de formação tendo-se destacado, para além da formação no posto de trabalho, as áreas da Segurança e Saúde no Trabalho, da Metalurgia e Metalomecânica, da Eletricidade e Energia, da Eletrónica e Automação e da Reparação de Veículos Motores.

A formação externa proporcionada ascendeu a 1.885 horas de formação.

Assim, as ações de formação interna corresponderam a 87% das horas de formação e as ações de formação externa a 13%. A formação interna, nomeadamente a formação no posto de trabalho, voltou a ter uma maior importância em 2019.

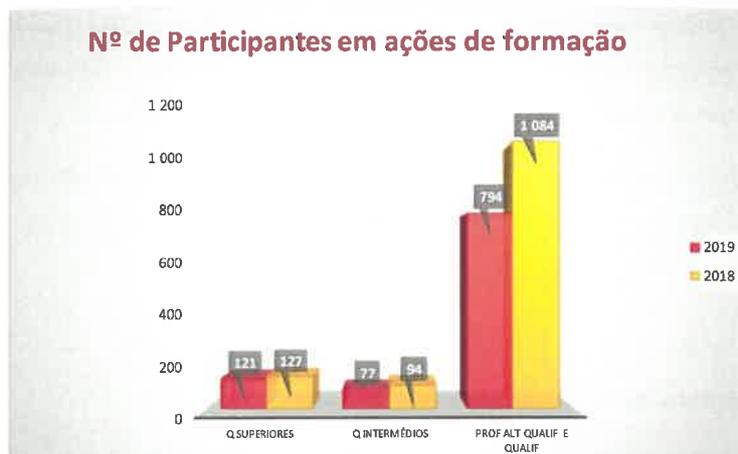


Nessas ações de formação participaram, 992 trabalhadores(as), distribuídos(as) pelos seguintes níveis de qualificação:

Fabio Reiro

Pedro Moreira

Manuel



Foram ministradas 14.846 horas de formação, assim distribuídas:

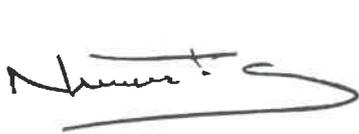


Comunicação Interna

Em 2019 prosseguiu o projeto Nós, EMEF com o propósito de continuar a mobilizar, fomentar o sentido de pertença e criar um clima de confiança no seio dos trabalhadores(as) e da Empresa.

Manteve-se a publicação da Revista de informação Interna da EMEF, “Nós EMEF Magazine”, através de dois formatos, digital e em papel (destinada aos trabalhadores(as) que não dispõem de computadores nos seus locais de trabalho).

Alternando com a Revista “Nós EMEF Magazine”, manteve-se a edição e divulgação, nos mesmos formatos, da Newsletter que pretende divulgar breves notícias e acontecimentos dignos de nota.



Celebraram-se os 26 anos da Empresa, no Dia EMEF, em 30 de janeiro, com uma mensagem do Presidente do Conselho de Administração, um bolo de aniversário em cada local e a respetiva cobertura fotográfica, com divulgação posterior na revista "Nós EMEF Magazine".

A Festa de Natal voltou a reunir, embora de forma geograficamente repartida, os trabalhadores(as) em toda a Empresa. Foram homenageados os trabalhadores(as) que, em 2019, completaram 25 anos de antiguidade na Empresa/Grupo.

Sistema de Gestão de Recursos Humanos

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), certificado conforme a Norma Portuguesa 4427:2004.

Em julho de 2019, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 110/2018 de 05/07/2019 foi autorizada a contratação de 67 trabalhadores para as áreas operacionais, bem como a possibilidade de substituir os trabalhadores com saída definitiva a partir de 01 de julho do mesmo ano. Até 31 de dezembro foram contratados 58 trabalhadores.

Foram convertidos 43 contratos de trabalho a termo certo em sem termo.

Manteve-se a aplicação dos Acordos de Empresa e do Procedimento de Avaliação de Técnicos Superiores.

A Política de Recursos Humanos da EMEF manteve-se, assumindo a Responsabilidade Social como referencial para a gestão de Recursos Humanos e visando cumprir os seguintes objetivos:

- Promover o bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores da Empresa;
- Promover a atualização permanente das competências escolares, técnicas e profissionais dos seus colaboradores de forma a dar resposta adequada às necessidades presentes e futuras da atividade da empresa;
- Promover e reforçar a eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Humanos através da procura da melhoria contínua dos métodos e técnicas adotadas no respeito pelos Acordos de Empresa pela legislação em vigor.

No ano de 2019 a EMEF concedeu estágios curriculares a formandos do ensino secundário/profissional, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho e deu apoio à realização de trabalhos académicos de nível universitário, incluindo estágios curriculares de curta duração.

Foram efetuadas reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores da Empresa.



No setor da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras, foram disponibilizados:

- Horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar;
- Dispensa de serviço correspondente a um período normal de trabalho por quadrimestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”;
- A possibilidade do gozo, em meios-dias, de 6 (seis) dias úteis de férias.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegurou aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados (as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho.
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais;
- Subsídio pré-escolar (para trabalhadores com filhos que frequentem creches, jardins de infância ou amas inscritas na Segurança Social).

X. Avaliação do Governo societário

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informações constantes no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se na generalidade acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 31 de março de 2020

O Conselho de Administração



Presidente: Eng.º Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas



Vogal: Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira



Vogal: Dra. Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Fabrizio Ribeiro Pedro Moreira

Assessor

ANEXOS

Demonstração não Financeira

A. ENQUADRAMENTO

Atento o disposto no Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, a EMEF incluí no presente relatório, uma demonstração não financeira, na qual são detalhados indicadores-chave de desempenho relevantes no que diz respeito às questões ambientais e no tocante às questões sociais e relativas aos trabalhadores.

Os indicadores-chave de desempenho abaixo discriminados (previstos na alínea e) do nº 2 do artigo 66º-B do CSC) devem ser entendidos como um complemento às informações já habitualmente divulgadas e constantes deste relatório (vide capítulos II, V, VI e IX) previstas nas alíneas a), b), c) e d) do nº 2 do artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

B. INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

I. AMBIENTE

- RESÍDUOS – PREVENÇÃO DE IMPACTES

Desde 2010, a EMEF implementou um sistema global de gestão de resíduos, tendo assinado vários contratos com operadores de gestão de resíduos, cumprindo os preceitos legais e garantindo assim o melhor preço para a recolha, disponibilização de meios de acondicionamento e encaminhamento de resíduos.

O contrato global de gestão de resíduos, estabelecido com a empresa Renascimento para o encaminhamento dos resíduos produzidos nas várias Oficinas da EMEF, tem-se revelado satisfatório.

Para o caso específico dos óleos usados, o seu encaminhamento é feito através do operador licenciado SOGILUB, cobrindo todas as Oficinas onde a EMEF labora e produz este resíduo.

Na tabela seguinte, indicam-se os resíduos mais expressivos em termos quantitativos, que foram encaminhados através do contrato em vigor, bem como os resíduos de óleos usados, utilizando como fonte os dados inseridos no portal Siliamb.

Código LER	Designação do resíduo	Quantidade produzida (Ton) 2019	Quantidade produzida (Ton) 2018
12 01 01	Aparas e limalhas de metais ferrosos	138,3	167,0
13 02 08*	Óleos usados	65,4	73,8
13 05 02*	Lamas oleosas	39,9	281,8
13 05 08*	Misturas de resíduos provenientes de separadores óleo/água	150,0	187,0
15 01 10*	Embalagens contaminadas (metálicas, plásticas)	10,0	12,4
15 02 02*	Absorventes contaminados (desperdício, panos, serradura e outros)	29,6	22,2
15 02 03	Filtros de ar / mantas filtrantes / materiais de isolamento	11,4	9,3
16 01 07*	Filtros de óleo	5,3	4,3
16 01 12	Cepos e calços sintéticos e sinterizados (sem amianto)	46,9	41,4
16 01 17	Metais ferrosos	792,1	846,2
16 01 20	Vidro (janelas veículos)	39,1	37,6
16 01 99	Borracha	31,0	21,3
16 02 16	Componentes retirados de equipamento elétrico e eletrónico	3,8	2,4
16 06 01*	Baterias de chumbo	13,9	10,2
16 06 02*	Baterias de níquel cádmio	0,0	0,4
20 01 01	Papel e cartão	13,4	14,0
20 01 37*	Madeira contaminada	72,9	59,5
20 01 38	Madeira não contaminada	21,0	15,1
20 01 99	Resíduos equivalentes a RSUs	71,1	70,4

* Resíduo Perigoso

A taxa de valorização a jusante, após encaminhamento dos resíduos produzidos nos vários locais, é também uma medida do desempenho associado ao contrato de gestão de resíduos, pelo seu reflexo em termos de sustentabilidade ambiental.

Uma vez que a atividade da EMEF nestes últimos anos tem-se mantido estável, os resíduos que são encaminhados para valorização são gerados em quantidades similares, como se pode observar na tabela abaixo. O aumento da taxa de valorização em 2019 está relacionado com a diminuição do total dos resíduos gerados.

Valorização de resíduos	2019	2018
Total resíduos	1 683 Ton	1 939 Ton
Resíduos valorizados	1 348 Ton	1 359 Ton
Taxa de valorização	80,1%	70,1%

• ÁGUA

No Complexo do Entroncamento existem dois furos verticais devidamente licenciados (meios de extração c/ 20cv de potência cada um). Em Guifões existem sete furos verticais, três dos quais têm bombas com potência inferior a 5cv, pelo que não carecem de licenciamento e os restantes requerem meios de extração com 5,5cv de potência instalada, estando todos sob a responsabilidade da IP – Infraestruturas de Portugal.

Nos restantes locais onde a EMEF labora, é consumida água da rede pública, sendo o controlo de consumo baseado nas faturas recebidas, exceção realizada em Guifões, que também utiliza água da rede pública, mas cuja monitorização se baseou em estimativa associada ao histórico, uma vez que a EMEF só tem conhecimento do consumo efetivo no final do primeiro trimestre do ano seguinte.

Na tabela seguinte apresentam-se os dados de água consumida desde o ano 2018, não se registando alterações significativas.

Valorização de resíduos	2019	2018
Total resíduos	1 683 Ton	1 939 Ton
Resíduos valorizados	1 348 Ton	1 359 Ton
Taxa de valorização	80,1%	70,1%

O consumo de água dos furos mencionados foi de 66 696 m³, em 2019. Esta monitorização foi baseada nas leituras registadas nos contadores, no caso do Entroncamento e em estimativas com base no histórico, no caso de Guifões.

A diminuição em cerca de 7,6% no consumo de água dos furos, relativamente a 2018, deveu-se à reparação de fugas efetuadas no Complexo do Entroncamento.

No que concerne à água da rede pública, em 2019 foram consumidos 23 219m³ nas atividades da EMEF, um aumento de cerca de 15% em relação ao ano anterior, tendo como principais causas: a fuga de água registada em Campolide; a obra realizada em Sernada para melhoria dos balneários, tendo como objetivo o conforto térmico, melhoria do sistema de aquecimento das águas sanitárias e maior capacidade de duchas (por aumento do número de trabalhadores) e por último, mas não menos importante, a manutenção da zona ajardinada e espaços verdes da Reboleira, que passou para a responsabilidade da EMEF (anteriormente era do Metro de Lisboa).

• ENERGIA

A EMEF utiliza três tipos de energia: energia elétrica, gás e gasóleo.

A energia elétrica é utilizada nas instalações e nos equipamentos oficiais, enquanto que o gás é utilizado em balneários (aquecimento de águas), no aquecimento geral das Oficinas, cantinas e também em alguns empilhadores.

O gasóleo, contabilizado em gasóleo para a frota, gasóleo rodoviário e gasóleo de aquecimento, é sobretudo utilizado na frota automóvel, em alguns equipamentos oficiais como empilhadores e máquinas de lavagem a quente e ainda em balneários (no aquecimento de águas).

A monitorização dos vários tipos de energia, é realizada através da contabilização das faturas disponibilizadas, bem como em estimativas com base no histórico, nomeadamente no caso de Guifões. De referir ainda que, este ano, se utilizou com algum significado, o histórico dos consumos registados no ano anterior, nomeadamente no que se refere à energia elétrica e gás.

Na tabela seguinte apresentam-se os consumos para os vários tipos de energia, desde 2018, salientando-se que, fruto de todo o esforço realizado no sentido da redução energética, tem-se efetivamente registado a diminuição do seu consumo:

Energia	2019 (MWh)	2018 (MWh)
Energia elétrica	5 403	5 834
Gás	2 471	2 206
Gasóleo	1 260	1 417
Gasolina	0	17

Equivalências energéticas – Fonte: REN Portgás Distribuição

A diminuição em cerca de 7% na contabilização da “energia elétrica”, quando comparada com o ano anterior, está relacionada maioritariamente com a inoperacionalidade do contador EDP em Contumil, se bem que todos os Órgãos diminuíram o seu consumo, exceção feita em St.^a Apolónia. No caso desta instalação, ocorreu um aumento em cerca de 11% na energia elétrica, devido ao turno noturno que se iniciou logo no início de 2019.

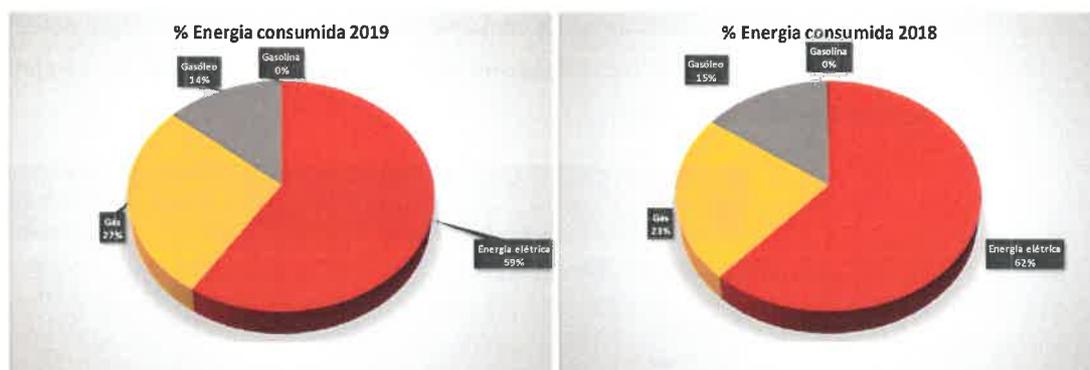
O “gás” em 2019 aumentou cerca de 11% do consumo monitorizado, comparativamente a 2018, em virtude do maior aumento registado no Complexo Oficial de Guifões – cerca de 22%, fruto do aumento do número de trabalhadores que utilizam os balneários, bem como, da necessidade de aquecimento da cabine de pintura das unidades de material circulante, o que condiciona bastante o consumo.

De referir, no entanto, que face à reativação dos painéis solares em St.^a Apolónia, o consumo de gás para aquecimento das águas sanitárias, neste Estabelecimento, diminuiu cerca de 20%.

Em 2019 o consumo de “gasóleo” diminuiu cerca de 12%, por via da redução do seu consumo na frota rodoviária, assim como da diminuição do consumo de gasóleo de aquecimento no Estabelecimento do Barreiro, devido à redução do número de trabalhadores, assim como a instalação de um termoacumulador, facilitando o trabalho da caldeira de aquecimento.

Em 2019 deixaram de existir automóveis movidos a “gasolina”, pelo que este consumo deixou de existir.

Nos gráficos seguintes apresentam-se os gastos de energia em 2018 e 2019, distribuídos pelos tipos de energia:



Duas instalações da EMEF – Complexo do Entroncamento e Complexo de Guifões, entregaram o REP (Relatório de Execução e Progresso) final, com indicação da implementação das medidas definidas nos ARCE (Acordo de racionalização dos consumos de energia) definidos para cada uma das instalações e desenvolvidos de acordo com o DL n.º 71/2008 [alterado pelo DL n.º 7/2013 e DL n.º 68A/2015], no ciclo 2011-2018.

Foi recebida informação sobre a conclusão do ARCE do Entroncamento, aguardando-se a esta data, o parecer positivo da DGEG relativamente ao ARCE de Guifões, sobre o qual foi solicitado nova informação, tendo sido entregue, entretanto, aguardando-se assim também a conclusão deste processo.

II. RECURSOS HUMANOS

• EMPREGABILIDADE

A EMEF terminou o ano de 2019 com 1.009 trabalhadores a cargo. Neste ano saíram da empresa 99 trabalhadores, maioritariamente por reforma, e deram entrada 77 novos colaboradores. Estes valores são inferiores aos verificados em 2018, no qual ocorreram 104 saídas, na sua maioria por mútuo acordo, e 98 entradas de novos colaboradores.

Contrato	2019				2018			
	Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	613	26	639	63,3%	537	23	560	54,3%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	324	11	335	33,2%	395	12	407	39,5%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	8	5	13	1,3%	10	5	15	1,5%
Contrato de Trabalho a termo certo	22	0	22	2,2%	49	0	49	4,8%
Total	967	42	1 009	100,0%	991	40	1 031	100,0%

Fabrizio Ribeiro

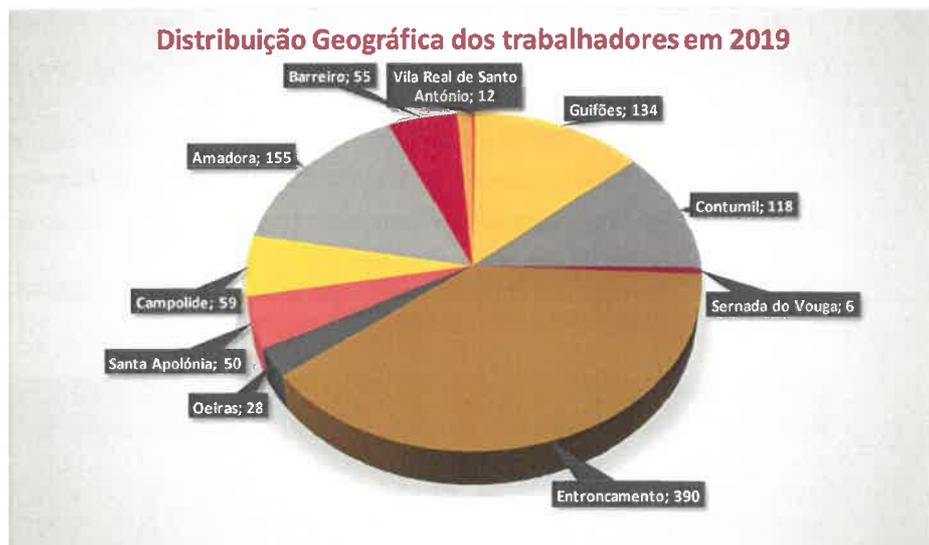
Pedro Moreira

Numa

A distribuição dos trabalhadores por categoria, em 2019, é a seguinte:



Geograficamente os trabalhadores encontram-se nas seguintes localizações:



Relativamente ao tipo de emprego, todos os trabalhadores da empresa estão contratados a tempo inteiro e a termo certo:

Manuel
Pedro Moreira

Isabel Seixo

Tipo de Emprego		2019				2018			
		Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Efetivo final ao Serviço	Tempo Inteiro	945	42	987	97,8%	942	40	982	95,2%
	Tempo Parcial	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Efetivo por tipo de contrato	Contrato a termo Certo	22	0	22	2,2%	49	0	49	4,8%
	Contrato a termo Incerto	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Total		967	42	1 009	100,0%	991	40	1 031	100,0%

No final de 2019, só 4,2% do efetivo era composto por mulheres, o que constitui um acréscimo face a 2018, no entanto a proporção de chefias de 1º nível é relativamente superior nas mulheres face aos homens (10% vs. 2%).

Cargo	2019					2018				
	Homens	Mulheres	TOTAL	% TOTAL	% Mulheres	Homens	Mulheres	TOTAL	% TOTAL	% Mulheres
C. Administração	0	0	0	0,0%	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Chefias 1º Nível	17	4	21	2,1%	0,4%	17	4	21	2,0%	0,4%
Restantes	950	38	988	97,9%	3,8%	974	36	1 010	98,0%	3,5%
Total	967	42	1 009	100,0%	4,2%	991	40	1 031	100,0%	3,9%

• BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES

O plano de benefícios aos trabalhadores inclui um seguro de saúde e subsídios a filhos em idade pré-escolar.

Existe ainda um Complemento do Subsídio de Doença que consiste no pagamento integral do salário referente aos três primeiros dias da baixa por doença e, nos restantes dias, na diferença entre a retribuição da segurança social e o ordenado base líquido que receberia se estivesse ao serviço.

Os custos com estes benefícios dos colaboradores constam do quadro seguinte:

Benefícios	2019		2018	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Seguros especiais (saúde e acidentes pessoais)	375 919	60,1%	327 579	55,2%
Subsídios a filhos em idade pré-escolar	75 133	12,0%	72 804	12,3%
Alimentação - bares e cantinas	119 630	19,1%	118 279	19,9%
Complemento subsídio de doença	54 810	8,8%	75 023	12,6%
Total	625 492	100,0%	593 684	100,0%

(Em Euros)

O número de trabalhadores que usufruíram, no ano de 2019, de cada um dos benefícios concedidos consta da tabela seguinte:

Benefícios	Tipo de Trabalhador	
	Tempo Integral	Tempo Parcial
Seguro de Saúde	1 009	0
Direito a viajar nos comboios de toda a rede da CP gratuitamente	730	0
Direito aos Ascendentes e Descendentes (até 25 anos) a viajar nos comboios de toda a rede gratuitamente	730	0
Subsídios a filhos em idade pré-escolar	132	0
Complemento do Subsídio de Doença	313	0
Falta justificada por quadrimestre	409	0

- SALÁRIO MÉDIO

	(Em Euros)	
	2019	2018
Salário médio mensal	1 309	1 332

- DADOS DO EFETIVO

A pirâmide etária para 2019 apresentava a seguinte forma:

Pirâmide Etária	2019		2018	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
18-24 anos	48		49	0
25-29 anos	75	1	57	1
30-34 anos	78	1	79	1
35-39 anos	156	7	159	3
40-44 anos	164	8	146	9
45-49 anos	126	10	136	11
50-54 anos	104	4	91	3
55-59 anos	87	4	114	6
60-61 anos	63	2	92	0
62-64 anos	61	4	63	5
>=65 anos	5	1	5	1
Total por género	967	42	991	40
Total	1 009		1 031	

* Efetivo final ao serviço

Pedro Moreira

As contratações por género foram as seguintes:

Contratações por Género	2019	2018
Homens	73	97
Mulheres	4	1
Total	77	98

Quanto à taxa de rotatividade:

Taxa de Rotatividade	2019	2018
Homens	8,58%	9,97%
Mulheres	7,50%	4,76%

Nota: O método de cálculo utilizado baseou-se no ratio entre o somatório das entradas e saídas verificadas no ano e o efetivo

A antiguidade média é a seguinte:

Antiguidade Média	2019			2018		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	10,6	12,4	10,7	10,9	13,6	11,0
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	34,2	34,7	34,3	34,8	34,4	34,8
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	17,2	21,2	18,7	24,7	20,2	20,1
Total	18,6	19,3	18,6	20,5	20,7	20,6

As saídas em 2019 ocorreram principalmente por reforma:

Pedro Moreira

Formação por Categorias Profissionais	2019		2018	
	Horas de Presença		Horas de Presença	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analista	0	0	0	35
Desenhador	0	0	0	0
Eletricista	7 734	0	4 326	28
Eq. Técnico Superior Nivel II		0	0	0
Escriturário	9	9	86	84
Mecânico	5 517	0	3 573	0
Operário	322	6	151	0
Técnico Administrativo	25	0	70	35
Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho	21	0	103	0
Técnico Oficial	309	0	1 182	0
Técnico Superior Nivel I	430	182	2 046	492
Técnico Superior Nivel II	284	1	434	0
Total	14 649	197	11 970	674

	2019		2018	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Iniciativa do trabalhador	21		8	0
Mútuo acordo	1		16	1
Despedimento	0		2	0
Reforma por invalidez	2		9	0
Reforma por idade	61	1	61	1
Falecimento	4		1	1
Fim contrato de formação	0		0	0
Outros motivos	8	1	4	0
Total por género	97	2	101	3
Total	99		104	

• **FORMAÇÃO**

Quanto á formação do ano registaram-se os seguintes valores:

	2019	2018
Nº de acções de formação	243	264
Nº de formandos	992	1 305
Total de horas de formação	14 846	12 644

A formação teve a seguinte distribuição quanto ao género, aos temas de formação e às categorias profissionais:

Temas de Formação	2019			2018		
	Nº de Formandos		Volume de formação (Horas x formando)	Nº de Formandos		Volume de formação (Horas x formando)
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Desenvolvimento pessoal	0	1	8	29	8	1 180
Línguas e literaturas estrangeiras	0	0	0	21	8	1 025
Marketing e publicidade	0	2	8	0	0	0
Psicologia	0	0	0	0	2	4
Contabilidade e fiscalidade	3	10	104	1	11	104
Gestão e administração	2	1	278	5	0	684
Enquadramento na organização/empresa	95	2	653	91	5	1 202
Direito	0	0	0	0	0	0
Informática	93	17	231	45	0	64
Engenharia e técnicas afins	0	0	0	8	0	380
Metalúrgica e metalomecânica	141	1	2 048	81	0	2 534
Eletricidade e energia	8	0	45	15	0	688
Eletrónica e automação	0	0	0	8	0	200
Construção, reparação veículos motor	258	0	10 277	419	0	2 308
Saúde	22	1	254	38	1	364
Serviços de transporte	0	0	0	1	0	12
Tecnologia de proteção e ambiente	79	1	211	0	0	0
Proteção de pessoas e bens	19	0	203	13	0	130
Segurança e higiene no trabalho	233	3	527	493	2	1 765
Total	953	39	14 846	1 268	37	12 644